Portugal e a Cultura da Cunha: A Lei Para Uns, Privilegios Para Outros

Publicado em 2025-03-01 22:59:11



Ainda o escândalo das gémeas luso-brasileiras, que receberam um tratamento milionário no Serviço Nacional de Saúde (SNS), expôs uma realidade que muitos portugueses já conhecem bem: em Portugal, o acesso a recursos públicos nem sempre se baseia em critérios justos ou transparentes, mas sim em influências, cunhas e ligações pessoais.

A célebre frase atribuída a Salazar – "Para os amigos, tudo; para os outros, aplique-se a lei" – continua a ser assustadoramente atual. Num país onde a burocracia trava o cidadão comum, aqueles que têm os

contatos certos parecem sempre encontrar atalhos para os seus problemas.

O Caso das Gémeas: Um Reflexo do Sistema

O caso que agora está a ser analisado no Parlamento levanta questões fundamentais sobre o funcionamento do Estado:

- Porque é que este tratamento foi autorizado rapidamente, quando há tantos outros portugueses que esperam anos para obter cuidados de saúde essenciais?
- O envolvimento do Presidente da República e do seu filho influenciou o processo?
- Como é que um tratamento de milhões de euros foi aprovado sem transparência total?

Independentemente de ter havido ou não ilegalidade, a perceção pública é clara: quem tem as conexões certas consegue privilégios que os outros não têm.

A Cultura da Cunha: O Mal Crónico de Portugal

Este caso não é uma exceção – é apenas um sintoma de um problema mais profundo. Desde a administração pública até às universidades e hospitais, a cultura da cunha continua a ser uma praga que mina a confiança dos cidadãos nas instituições.

1. Saúde: Quem Tem Poder, Passa à Frente

- Doentes que esperam meses ou anos por cirurgias enquanto figuras influentes conseguem marcações rápidas.
- Casos em que familiares de políticos recebem tratamentos prioritários, enquanto outros enfrentam obstáculos burocráticos.

2. Emprego Público: Meritocracia ou Favoritismo?

- Nomeações para cargos no setor público feitas com base em amizades políticas e não em competência.
- Empresas privadas que sobrevivem graças a contratos do Estado negociados entre "conhecidos".

3. Justiça: Dois Pesos, Duas Medidas

- Políticos e empresários poderosos veem os seus processos judiciais arrastarem-se durante anos até serem arquivados.
- Cidadãos comuns enfrentam penas severas por crimes menores.

O Efeito da Impunidade

A falta de consequências para estes abusos leva à normalização da corrupção e do favoritismo. O resultado? Uma sociedade onde os cidadãos sentem que não vale a pena lutar contra o sistema, pois "é tudo igual".

E enquanto esta mentalidade persistir, Portugal continuará a ser um país onde a regra é a seguinte:

- Se és um cidadão comum, tens de esperar, cumprir todos os requisitos e sujeitar-te à burocracia.
- Se tens os contatos certos, há sempre uma porta lateral para resolver o problema.

Conclusão: Ou Mudamos ou Ficamos Sempre na Mesma

Se Portugal quer ser um país mais justo, precisa de reformas profundas para acabar com este sistema de privilégios escondidos. Isso significa:

- Regras mais claras e transparentes para o acesso a serviços públicos.
- Fiscalização real sobre quem toma decisões e por que motivo.
- Punição exemplar para quem usa o poder para beneficiar amigos e familiares.

Enquanto isso não acontecer, continuaremos a viver num país onde a lei serve apenas para quem não tem os contatos certos.

Francisco Gonçalves

Leia também:

<u>Portugal 2026: Um Orçamento de Estado Disruptivo e Inovador criado pela IA.</u>

Créditos para IA e chatGPT (c)